

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA

CNPJ nº 24.232.886/0075-01

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado				
Ativo	Nota	2.016	2.015	Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2.016	2.015	
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.773.547	3.577.401	Fornecedores	8	3.466.168	3.971.613	
Contas de receber	5	6.461.216	7.275.384	Honorários médicos	9	2.929.580	3.302.030	
Estoques	6	1.584.969	2.029.446	Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.553.373	2.831.265	
Adiantamento a fornecedores		13.916	11.403	Obrigações fiscais	11	2.970.167	3.015.044	
Despesas antecipadas		269.895	-	Partes relacionadas	12	6.219.376	5.554.337	
Outros ativos circulante		190.889	176.305	Contas a pagar	13	1.250.000	-	
		12.294.432	13.069.939			20.388.664	18.674.289	
Não Circulante				Não Circulante				
Realizável em longo prazo				Contas a pagar	13	625.000	-	
Depósitos judiciais	14	1.662.655	1.350.556	Provisão para descontinuidade	14	1.977.887	1.682.661	
Imobilizado	7	661.030	1.499.868	Provisão para contingência	15	1.351.249	1.351.249	
Intangível		516.000	-			3.954.136	3.033.910	
		2.839.685	2.850.424	Patrimônio Líquido Negativo				
Total do Ativo		15.134.117	15.920.363	Patrimônio social negativo		(5.787.836)	(4.588.235)	
				Déficits dos exercícios		(3.420.847)	(1.199.601)	
						(9.208.683)	(5.787.836)	
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.134.117	15.920.363	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais				
		Patrimônio social negativo	Superávit (déficit) dos exercícios			Receitas Operacionais	2.016	2.015
Em 1º de Dezembro de 2.015		(5.890.246)	1.302.011			Receitas de subvenções-custeio	16	60.031.672
Transferência		1.302.011	(1.302.011)			Receitas de subvenções		
Déficit do exercício		-	(1.199.601)			- investimento	7 b	265.008
Em 31 de Dezembro de 2.015		(4.588.235)	(1.199.601)			Receitas financeiras		25.280
Transferência		(1.199.601)	1.199.601			Outras receitas		1.225
Déficit do exercício		-	(3.420.847)			Total das Receitas		60.323.185
Em 31 de Dezembro de 2.016		(5.787.836)	(3.420.847)			Despesas Operacionais		54.777.707
						Despesas com pessoal	17	(18.503.071)
						Serviços de terceiros	18	(23.424.131)
						Custo corporativo compartilhado	19	(5.406.904)
						Drogas, medicamentos e materiais	20	(9.682.891)
						Taxas e contribuições		(51.465)
								(57.068.462)
						Amortização e depreciação	7 b	(1.083.783)
						Correio e comunicação eletrônica		(11.245)
						Água, gás, energia elétrica e telefone		(1.147.355)
						Frete e carretos		(131.920)
						Lanches e refeições		(11.217)
						Viagens e ajuda de custo		(614.159)
						Locações		(252.060)
						Despesas financeiras		(742.367)
						Acordo trabalhista	13	(2.500.000)
						Despesa com provisão para contingências	15	-
						Outras despesas		(181.464)
						Total das Despesas		(63.744.032)
						Déficits dos Exercícios		(3.420.847)
								(1.199.601)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.016 e de 2.015. - Cifras apresentadas em reais.				Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais				
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-las a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 07 de dezembro de 2.006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público da Transamazônica, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e ajustáveis a cada 12 (doze) meses. Em 07 de dezembro de 2012, celebrou novo contrato de gestão, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses. Em 2016 vigoraram o oitavo e nono termos aditivos ao contrato de gestão, sendo este último vigente até 06 de dezembro de 2.017. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Plano de ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de equilibrar os custos com as receitas da unidade hospitalar. Nos últimos anos, em função dos déficits				recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 17 de Fevereiro de 2.017. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: Receita diferida - investimento: As receitas di-				
						Déficits dos Exercícios	2.016	2.015
						Outros resultado abrangentes		
						Resultado Abrangente dos Exercícios	(3.420.847)	(1.199.601)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.016 e de 2.015. - Cifras apresentadas em reais.				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais				
						Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.016	2.015
						Déficits dos exercícios	(3.420.847)	(1.199.601)
						Ajustado por:		
						Depreciação e amortização	1.083.783	808.947
						Realização de subvenções do ativo imobilizado	(265.008)	(265.005)
						Constituição de provisão para contingência	-	-
						Déficits dos exercícios ajustados	(2.602.072)	(655.659)
						Variações nos ativos e passivos		
						Contas de receber de clientes	814.168	43.658
						Estoques	444.477	(468.509)
						Adiantamento a fornecedores	(2.513)	(8.197)
						Depósitos judiciais	(312.099)	240.552
						Outros ativos circulantes	(284.479)	(154.058)
						Fornecedores	(505.445)	926.873
						Honorários Médicos	(372.450)	543.725
						Obrigações sociais e trabalhistas	722.108	360.813
						Obrigações fiscais	(44.877)	563.169
						Provisão para descontinuidade	295.226	340.594
						Contas a pagar	1.875.000	-
						Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	27.044	1.732.961
						Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
						Aquisições de ativo imobilizado	(495.937)	(149.161)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(495.937)	(149.161)
						Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
						Empréstimos captados de partes relacionadas	665.039	870.702
						Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	665.039	870.702
						Aumento do caixa e equivalentes de caixa	196.146	2.454.502
						Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
						No início do exercício	3.577.401	1.122.899
						No fim do exercício	3.773.547	3.577.401
						Aumento do caixa e equivalentes de caixa	196.146	2.454.502
						feridas de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio		